



# CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO EM ALAGOAS

## Curso de Fiscalização de Programas da Área da Saúde e Educação

### **Palestrantes:**

José William Gomes da Silva  
Chefe da CGU-Regional/AL

Lúcio de Oliveira  
Técnico de Finanças e Controle



# TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS FEDERAIS

As formas de transferências de recursos do Governo Federal para os Municípios são:

- TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS;
- TRANSFERÊNCIAS LEGAIS AUTOMÁTICAS;
- TRANSFERÊNCIAS DIRETAS AO CIDADÃO;
- TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO;
- TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS;



# TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS FEDERAIS

- **TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS**
  - Referem-se aos recursos que a União transfere aos estados e municípios por determinação da Constituição. Como exemplo desse tipo de transferência, tem-se o “Fundo de Participação dos Municípios (FPM) – CF art. 159



# TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS FEDERAIS

- **TRANSFERÊNCIAS LEGAIS**

- São aquelas transferências previstas em leis específicas, sendo determinadas em tais leis a forma de habilitação, transferência, aplicação dos recursos, bem assim como a respectiva prestação de contas será realizada.

- Exemplo : Programa Educação Fundamental de Jovens e Adultos – EJA, tratado na Lei nº 10.880/2004.



# TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS FEDERAIS

- **TRANSFERÊNCIAS DIRETAS AO CIDADÃO**
  - Compreendem programas que concedem benefício monetário mensal, sob a forma de transferência de renda diretamente à população-alvo do programa.  
Exemplo: Programa Bolsa Família.



# TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS FEDERAIS

- **TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO**

- No repasse fundo a fundo, os valores são depositados diretamente do fundo nacional aos fundos estaduais, do Distrito Federal e municipais. Os depósitos são feitos em contas individualizadas, isto é, específicas dos fundos. Exemplo: Transferências destinadas ao SUS.



# TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS FEDERAIS

- **TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS**

- São os repasses de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, em regra, viabilizada por meio de convênios ou contrato de repasses.

- Exemplo: Convênios firmados entre a União e os municípios.



# Procedimentos Gerais de Fiscalização

**PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS AO  
ACOMPANHAMENTO DO DIVERSOS PROGRAMAS  
E CONVÊNIOS**



# Procedimentos gerais para acompanhamento/ fiscalização

1. Solicitar os extratos bancários da conta específica (pode ser solicitada a prefeitura ou ao banco):
  - verificar se os recursos foram movimentados na conta específica até a sua utilização (ocorreu saque em espécie?);
  - se os recursos disponíveis foram aplicados em operações financeiras (períodos acima de 15 dias);
  - verificar se houve cobrança de tarifa bancária

**Correntista**

Nome	CNPJ	Posição	Data da emissão
PM <del>XXXXXXXXXXXX</del>	<del>XXXXXXXXXXXX</del>	Janeiro / 2007	16.10.2008
Agência (prefixo/dv)	GS	Conta nº / dv	Data da abertura
<del>XXXXXX</del>	01	<del>XXXXXX</del>	29.12.1999

Data contábil	Data lançamento	Histórico	Lote	Banco	Origem	Documento	Valor - R\$	Saldo - R\$						
29.12.2006		Saldo anterior						64.556,80 C						
02.01.2007		103-Cheque Pago em Outra Agência	15845		03721	001953	610,35 D							
02.01.2007		102-Cheque Compensado	13097		01970	001954	323,23 D	63.623,22 C						
03.01.2007		729-Transferência	12035			012761	6.035,43 C							
03.01.2007		002-Cheque	14814			001944	99,47 D	69.563,18 C						
04.01.2007		002-Cheque	14814			001946	54,21 D							
04.01.2007		102-Cheque Compensado	13079		01970	001943	54,21 D	69.454,76 C						
05.01.2007		002-Cheque	14805			001938	107,80 D							
05.01.2007		102-Cheque Compensado	13079		01970	001947	95,42 D	69.251,54 C						
09.01.2007		729-Transferência	12035			012786	42.000,00 C							
09.01.2007	10.01.2007	110-Estorno Acerto-Crédito	11035			012788	42.000,00 D	69.251,54 C						
10.01.2007		729-Transferência	12035			012787	118.229,52 C							
10.01.2007		729-Transferência	12035			012789	42.000,00 C							
10.01.2007		002-Cheque	14814			001955	224.866,35 D	4.614,71 C						
11.01.2007		729-Transferência	12035			012803	10.000,00 C							
11.01.2007		002-Cheque	14851			001945	65,53 D							
11.01.2007		002-Cheque	14851			001958	12.921,95 D	1.627,17 C						
16.01.2007		729-Transferência	12035			012815	1.841,61 C							
16.01.2007		102-Cheque Compensado	13097		01970	001957	336,12 D	3.132,66 C						
19.01.2007		729-Transferência	12035			012831	53.555,13 C							
19.01.2007		002-Cheque	14805			001959	16.835,60 D	39.852,39 C						
23.01.2007		729-Transferência	12035			012836	59.273,92 C							
23.01.2007		102-Cheque Compensado	13079		01970	001956	43,50 D	99.082,81 C						
24.01.2007		102-Cheque Compensado	13097		01970	001961	9.394,43 D							
24.01.2007	25.01.2007	229-Transferência de Saldo	11035			012849	52.000,00 D							
24.01.2007	25.01.2007	392-Tarif Adicion Cheque R 5mil	13113			070124	10,33 D	37.678,05 C						
30.01.2007	31.01.2007	729-Transferência	12035			012870	44.411,45 C	82.089,50 C						
<table border="1" style="width:100%"> <tr> <td>Bloqueado - R\$</td> <td>Disponível - R\$</td> <td>CPMF cobrado - R\$</td> </tr> <tr> <td>0,00</td> <td>82.089,50 C</td> <td>0,00</td> </tr> </table>									Bloqueado - R\$	Disponível - R\$	CPMF cobrado - R\$	0,00	82.089,50 C	0,00
Bloqueado - R\$	Disponível - R\$	CPMF cobrado - R\$												
0,00	82.089,50 C	0,00												



# Procedimentos gerais para acompanhamento/ fiscalização

2. Solicitar da prefeitura documentação comprobatória das despesas realizadas (Notas fiscais, recibos, etc):
  - verificar se cada mov. bancária tem correspondente comprovação;
  - consultar a autenticidade do documento fiscal;
  - verificar a existência de atesto nas notas fiscais;
  - verificar se consta a identificação do programa/convênio nos comprovantes de despesas apresentados



### NOTA FISCAL

SAIDA  ENTRADA

- 1ª Via - Branco ... Destinatário / Remetente
- 2ª Via - Azul ... Fim ou Arquivo Fiscal
- 3ª Via - Rosa ... Fisco Destino
- 4ª Via - Verde ... Fisco Origem
- 5ª Via - Amarela ... Contabilidade

NATUREZA DA OPERAÇÃO: **Venda**      CNPJ: **0000930**  
 INSC. EST. DO SUBSTITUTO TRIBUTARIO: **0000930**      INSCRIÇÃO ESTADUAL: **0000930**

0000930

DESTINATÁRIO / REMETENTE: **Prefeitura Municipal de**  
 ENDEREÇO: **[Redacted]**      BARRIO / DISTRITO: **[Redacted]**      CEP: **[Redacted]**  
 MUNICÍPIO: **[Redacted]**      UF: **AL**      INSCRIÇÃO ESTADUAL: **[Redacted]**

DATA LIMITE PARA EMISSÃO 04/06/2010  
 DATA DA EMISSÃO: **24/04/08**  
 DATA DA SAÍDA/ENTRADA: **24/04/08**  
 HORA DA SAÍDA:

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CL. FISC.	SITUAÇÃO TRIBUTAR.	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQ. ICMS
-	Óleo Diesel	-	-	lt	6239	1,93	12.041,27	-
-	Gasolina comum	-	-	lt	5205	2,76	14.365,80	-

*Atesto a Legalidade e Legitimidade da Presente Despesa*  
 Em, **27/04/2008**

**PAGUE-SE**  
 Em **27/04/2008**

CALCULO DO IMPOSTO  
 BASE DE CALCULO DO ICMS: **26.407,07**      VALOR DO ICMS: **[Redacted]**      VALOR TOTAL DOS PRODUTOS: **26.407,07**  
 VALOR DO FRETE: **[Redacted]**      VALOR DO SEGURO: **[Redacted]**      DESPESAS ACESSÓRIAS: **[Redacted]**      VALOR TOTAL DO IPI: **[Redacted]**      VALOR TOTAL DA NOTA: **26.407,07**

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS  
 NOME / RAZÃO SOCIAL: **[Redacted]**      FRETE POR CONTA: **[Redacted]**      1. EMISSOR: **[Redacted]**      2. DESTINATÁRIO: **[Redacted]**      PLACA DO VEICULO: **[Redacted]**      UF: **[Redacted]**      CNPJ/CPF: **[Redacted]**  
 ENDEREÇO: **[Redacted]**      MUNICÍPIO: **[Redacted]**      UF: **[Redacted]**      INSCRIÇÃO ESTADUAL: **[Redacted]**  
 QUANTIDADE: **[Redacted]**      ESPÉCIE: **[Redacted]**      MARCA: **[Redacted]**      NÚMERO: **[Redacted]**      PESO BRUTO: **[Redacted]**      PESO LÍQUIDO: **[Redacted]**

#### EXIJA A NOTA FISCAL - ICMS Recolhido Estado Desenvolvido

DADOS ADICIONAIS  
 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: **[Redacted]**      RESERVADO AO FISCO: **[Redacted]**  
 Escreva o número do documento fiscal sobre o selo.  
 Repetir a série e o número do selo → **[Redacted]**



M. S. DA MOCHILA GRAFICA - ME CNPJ 05.109.607/0001-28 INSC. EST. 248.43190-1 INSC. MUNIC. 1901-7 CREDENC. 1.03.001-3 Rua Fernandes de Barros, 89 Centro Penedo-AL Fone: (82) 351.2171 - 05 Tabão 50X5 nº 008.751 a 601.000 - AIDF 036.07.50433-0 aut. Em 04/06/2007 pela SEFAZ - 6ª GRAF Penedo-AL - Intervalo dos Selos AA 48411551 a AA 48411800 impresso em 10/06/2007.

Recebi (emos) de DISTRIB. DE VEÍCULOS CONFIANÇA, os produtos constantes da Nota Fiscal indicada ao Lado.      NOTA FISCAL: **0000930**  
 Data do Recebimento: **[Redacted]**      Identificação e Assinatura do Recebedor: **[Redacted]**



- Página Inicial
- Portal do Contribuinte
- Portal da Transparência
- Finanças Públicas
- Institucional
- Fórum
- Downloads
- Legislação
- Sites Relacionados
- Dúvidas mais Frequentes
- Mapa do Site
- Contato
- Correio Eletrônico

Novembro 2008

D	S	T	Q	Q	S	S
						01
02	03	04	05	06	07	08
09	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

Legenda:

- Feriados Nacionais e Estaduais
- Feriados Municipais
- Dia Atual
- Domingos

**CONFAZ publicou o PROTOCOLO 77/08**  
que trata da obrigatoriedade da **Escrituração Fiscal Digital** para algumas empresas a partir de Janeiro de 2009.

[LISTA DOS OBRIGADOS AO EFD](#) | [LINK DO CONFAZ](#)

1 2 3 4 5

**DESTAQUE**

**Cadastre-se**  
**NOTA FISCAL ALAGOANA**

- » Manual de Orientação do Siefert - **NOVO**
- » Formulário de Retificação DAR/CB e GNRE
- » ADIAMENTO - Licitação Banco de Horas

**SALA DE IMPRENSA**

- 18/11/08 - Sefaz moderniza website para facilitar navegação dos contribuintes
- 17/11/08 - Décimo terceiro salário será pago no dia 24 de novembro
- 17/11/08 - Banco Mundial conhece indicadores da administração pública do Estado de Alagoas
- 17/11/08 - Domingo de cidadania: população vai à praia conhecer Nota Fiscal Alagoana
- 14/11/08 - Workshop reúne Governo do Estado e Bird para discutir políticas de desenvolvimento para AL

**Você Empresa**

- » Consultar o IPVA
- » Emitir um DAR
- » Emitir a 2ª via da Taxa de Bombeiros
- » Acessar a Nota Fiscal Alagoana
- » Consultar a Legislação Tributária
- » Consultar um Andamento de Processo
- » Emitir uma Certidão Negativa de Débitos
- » Localizar os Postos do JA

**MAIS SERVIÇOS**



- Página Inicial
- Portal do Contribuinte
- Portal da Transparência
- Finanças Públicas
- Institucional
- Fórum
- Downloads
- Legislação
- Sites Relacionados
- Dúvidas mais Frequentes
- Mapa do Site
- Contato
- Correio Eletrônico

Novembro 2008

Ano							Mês							Ano						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	S				
						01														
02	03	04	05	06	07	08														
09	10	11	12	13	14	15														
16	17	18	19	20	21	22														
23	24	25	26	27	28	29														
30																				

- Legenda:
- Feriados Nacionais e Estaduais
  - Feriados Municipais
  - Dia Atual
  - Domingos

UPFAL



Este é o novo espaço do site Sefaz dedicado a oferecer todos os serviços online da Secretaria Executiva de Fazenda, com o intuito de atender ainda mais às necessidades dos contribuintes. Escolha um dos sistemas ao lado para utilizar o serviço oferecido.

VOCÊ EMPRESA

**Pagamentos**

- » DAR/CB
- » GNRE
- » IPVA On-Line
- » Taxa de Bombeiros – 2ª Via
- » Formulário de Retificação DAR/CB e GNRE

**Certidões**

- » Certidão Negativa de Débitos

**Documentos Fiscais**

- » Consulta a validade de Notas Fiscais
- » Pedido de AIDF On-Line
- » Nota Fiscal Eletrônica
- » Nota Fiscal Alagoana

**Processos**

- » Consulta Processual

**Outros**

- » Certificação Digital Sefaz
- » Declaração dos serviços ao Cidadão
- » Conheça os Postos do JÁ
- » Consulta à Legislação

Sistema de Consulta a Dados de Nota Fiscal - Windows Internet Explorer

https://webx.sefaz.al.gov.br/consultanf/ Erro do Certificado Live Search

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Sistema de Consulta a Dados de Nota Fiscal

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE ALAGOAS  
SUPERINTENDÊNCIA DE RECEITA ESTADUAL  
SECRETARIA ADJUNTA DA RECEITA ESTADUAL - SARE  
DIRETORIA DE CADASTRO - DICAD

Maceió / AL  
Quarta-feira, 19 de Novembro de 2008

### CONSULTA A DADOS DE NOTA FISCAL

ESCOLHA UMA DAS CONSULTAS, PREENCHA OS DADOS E CLIQUE EM **CONSULTAR**

#### Consulta por Selo

Série e número do selo: AA

#### Consulta por Número da Nota e AIDF

Número da nota fiscal:

Número da AIDF:  Somente números

*Em formulários contínuos, o número da nota corresponde ao número de controle do formulário.*

**Consultar** **Limpar campos**

[Voltar](#) | [Ajuda](#) | [Sair](#)

Concluído

Internet 100%

CONSULTA A DADOS DE NOTA FISCAL

RESULTADO DA CONSULTA

Parâmetro(s)

Número do Selo: AA - 49411730

Dados da(s) Nota(s) Fiscal(is)

Número da nota	Inscrição Estadual	Número da AIDF	Modelo	Espécie	Selo	Tipo de talão
930			1	NOTA FISCAL	AA -	TALÃO DE 50 FOLHAS

Encontrado(s) 1 registro(s) para a consulta

Em formulários contínuos, o número da nota corresponde ao número de controle do formulário.

Imprimir

ESCOLHA UMA DAS CONSULTAS, PREENCHA OS DADOS E CLIQUE EM CONSULTAR

Consulta por Selo

Série e número do selo: AA

Consulta por Número da Nota e AIDF

Número da nota fiscal:

Somente números

Número da AIDF:

Em formulários contínuos, o número da nota corresponde ao número de controle do formulário.

Consultar

Limpar campos

Voltar | Ajuda | Sair



# Procedimentos gerais para acompanhamento/ fiscalização

## 3. Analisar as despesas realizadas:

- verificar se cada mov. bancária tem correspondente comprovação;
- verificar se os recursos foram empregados exclusivamente no objeto do programa/convênio;
- verificar (no comércio) se os custos dos bens/serviços estão de acordo com a média do mercado;



# Procedimentos gerais para acompanhamento/ fiscalização

3. Analisar as despesas realizadas (continuação):
  - verificação física da existência dos bens e da realização dos serviços contratados e pagos e sua conformidade com as especificações contratadas;
  - identificar casos de materiais adquiridos em quantidades acima das necessidades ou a preços visivelmente fora dos praticados no mercado



# Procedimentos gerais para acompanhamento/ fiscalização

## 4. Acompanhar os processos licitatórios:

- solicitar cópia do edital licitatório;
- assistir às sessões de habilitação e julgamento das propostas (registrar a data, empresas participantes e seus representantes, propostas, empresa vencedora e se houve interposição de recursos);
- verificar se foi dada a publicidade devida ao certame e se foi observado o prazo mínimo entre a divulgação do edital e a abertura das propostas;



# Procedimentos gerais para acompanhamento/ fiscalização

## 4. Acompanhar os processos licitatórios (continuação):

- verificar se as minutas do edital/contrato foram aprovada pela assessoria jurídica;
- verificar se foi empregada a modalidade adequada;
- verificar a existência das empresas participantes;
- analisar a documentação apresentadas pelas empresas consideradas “habilitadas” e verificar a validade das certidões apresentadas;



# Procedimentos gerais para acompanhamento/ fiscalização

## PUBLICIDADE DE EDITAIS

MODALIDADE	TIPO DO ATO	PRAZO MÍNIMO*	VEÍCULO
Concurso / Concorrência para: empreitada integral ou do tipo técnica ou técnica e preço	Regulamento do Concurso ou Aviso contendo o resumo do edital	45 dias corridos	§ Jornal diário de circulação estadual § Jornal de circulação municipal (se houver) § Diário Oficial do Estado (quando se tratar de licitação feita por órgão da Administração Pública Estadual ou Municipal) § Diário Oficial da União (quando se tratar de licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Federal ou por qualquer outro, quando se tratar de obras financiadas parcial ou totalmente com recursos federais ou garantidos por instituições federais)
Tomada de preços do tipo técnica ou técnica e preço / Concorrência quando não for: empreitada integral ou do tipo técnica ou técnica e preço	Aviso contendo o resumo do edital	30 dias corridos	
Leilão / Tomada de preços quando não for do tipo técnica ou técnica e preço	Aviso contendo o resumo do edital	15 dias corridos	
Pregão	Aviso contendo o resumo do edital	8 dias úteis	
Convite	Cópia do instrumento do convite	5 dias úteis	
§ Diário Oficial do respectivo ente federado ou, não existindo, em jornal de circulação local; § Meios eletrônicos (facultativamente); § em jornal de grande circulação (conforme o vulto da licitação); § na home-page “contas públicas”.			
Fixação em local apropriado			
* Prazos mínimos até o recebimento das propostas ou realização do evento. Serão contados a partir da última publicação do edital resumido ou da expedição do convite, ou ainda da efetiva disponibilidade do edital ou do convite e respectivos anexos, prevalecendo a data que ocorrer mais tarde			



# Procedimentos gerais para acompanhamento/ fiscalização

MODALIDADES DE LICITAÇÃO		
CONCORRÊNCIA	Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer Interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.	Compras/Serviços: > R\$ 650 mil; Obras/Serviços Eng: > R\$ 1.500 mil
TOMADA DE PREÇOS	Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.	Compras/Serviços: até R\$ 650 mil; Obras/Serviços Eng: até R\$ 1.500 mil
CONVITE	Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três), pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.	Compras/Serviços: até R\$ 80 mil; Obras/Serviços Eng: até R\$ 150 mil  * obs: dispensa p/ valores de até 10% desses.
PREGÃO	A modalidade licitatória denominada Pregão foi estabelecida pela Medida Provisória nº 2.026, em 2000. Posteriormente, em 2002, esta MP foi convertida na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho.	Contratação de bens/serviços comuns



# Procedimentos gerais para acompanhamento/ fiscalização

CERTIDÃO CONJUNTA

PGFN - PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA  
NACIONAL

SRF - SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL



Certidão Conjunta

Página 1 de 1



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional  
Secretaria da Receita Federal

**CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA**  
DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: [REDACTED]  
CNPJ: [REDACTED]

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal (SRF) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz, refere-se exclusivamente à situação da pessoa jurídica no âmbito da SRF e da PGFN, sendo válida para a matriz e suas filiais.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 22/11/2005, alterada pela Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 19/05/2006.

Emitida às 12:22:55 do dia 22/02/2007 <hora e data de Brasília>.

Válida até 21/08/2007.

Código de controle da certidão: **8ABB.129C.0080.0794**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Modelo aprovado pela Portaria Conjunta PGFN/SRF/Nº 3, de 22/11/2005, alterada pela Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 19/05/2006.

www.receita.fazenda.gov.br



Pessoa Física Pessoa Jurídica Aduana e Comércio Exterior Receita Previdenciária

Onde Encontro

Serviços | Legislação | Download

Certidão Negativa de Débitos

Página Inicial | Atendimento | Fale Conosco | Instituição

Buscar

English Español

NOTÍCIAS
maçãna na região de Cascavel/PR
> Lina abre Seminário sobre o Simples desejando que encontro se torne um marco no combate à informalidade

AGENDA TRIBUTÁRIA
Novembro 2008
Calendar grid showing dates from 01 to 30.

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS

TAXA DE JUROS SELIC
Ago/2008: 1,02%
Set/2008: 1,10%
Out/2008: 1,18%

TAXA DE JUROS - TJLP
Jul-Set: 0,5208%
Out-Dez: 0,5208%

PESQUISA DE SATISFAÇÃO
O que você achou desta página?

LINKS



Atendimento previdenciário

Contribuições Previdenciárias

Pagamento das Quotas do

A 8ª quota vence em 28 de novembro e seu valor deverá ser acrescido de juros à taxa de 7,21%.

Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira - Dimof

Receitanet 2008.06 "A" - (nova versão)

Implementação do reconhecimento do certificado raiz da nova autoridade certificadora Raiz Brasileira V1. Contribuintes com problemas na transmissão com certificado digital devem baixar a nova versão.

Agendamento de Serviços por meio da Internet (Atendimento)

É possível agendamento de serviços em uma unidade de atendimento local.

PER/DCOMP agora é o tema do novo Curso a Distância

Parcelamento Simplificado

Simples Nacional

Editais de intimação da exclusão, Ato Declaratório de Exclusão, Regularização de Débitos, Orientações, Recolhimento, Agenda, etc.

IPI - Bebidas: como declarar na DCTF os débitos referentes a junho, julho e agosto de 2008

Atenção: Débito Automático das Quotas do IRPF 2008

IRPF - Consulta declarações entregues e restituição

Alíquota Efetiva do IRPF 2008

Simulador para cálculo do imposto de renda mensal e anual.

Virtual de Atendimento
Contribuinte
es, mais serviços.

Centralizado no CAC/Paulista

Atendidas apenas na Rua Augusta, 1582 - das 7 às 19h.

> Atualize sua página...



AVISOS

Mudança no atendimento previdenciário na cidade de São Paulo

Declarações de Novembro - prazos de entrega

NOVIDADES

- > Restituição IRPF 2006 - novo lote
> Leilões: Mato Grosso do Sul | Paraná | Rio Grande do Sul | São Paulo
> Legislação

OUTROS DESTAQUES

- > Ouvidoria do Servidor
> Contabilidade



Windows Internet Explorer window showing the website <http://www.receita.fazenda.gov.br/Grupo2/Certidoes.htm>. The page title is "Certidões".

The website header includes the logo of the **Ministério da Fazenda** and **Receita Federal**. Navigation tabs are available for **Pessoa Física**, **Pessoa Jurídica**, **Aduana e Comércio Exterior**, and **Receita Previdenciária**. A search bar is labeled "Buscar".

The main content area is titled **Certidões** and lists the following links:

- [Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União\(exceto Contribuições Previdenciárias\)](#)
- [Certidão Relativa a Contribuições Previdenciárias](#)

A red arrow points to the first link. A "Preparar página para impressão" button is located in the bottom right corner of the content area.

The footer contains the text: "A Receita Federal do Brasil agradece a sua visita. Informações sobre política de privacidade e uso. Atualize sua página".

The browser's address bar at the bottom shows the URL: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Grupo2/CertidoesSRF.htm>. The system tray shows the Internet icon and a 100% zoom level.

Certidões - Windows Internet Explorer

http://www.receita.fazenda.gov.br/Grupo2/CertidoesSRF.htm

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Certidões

Ministério da Fazenda Destaques do governo

Receita Federal

Pessoa Física Pessoa Jurídica Aduana e Comércio Exterior Receita Previdenciária

Onde Encontro

Página Inicial | Atendimento | Fale Conosco | Instituição

Buscar

Serviços | Legislação | Download | Pagamentos | Declarações | Certidões | Cadastros

### Certidões

- Imóvel Rural
- Pessoa Física
- Pessoa Jurídica

Preparar página para impressão

A Receita Federal do Brasil agradece a sua visita. Informações sobre política de privacidade e uso. Atualize sua página

Concluído

Internet 100%

## Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União

### Pessoa Jurídica

- Orientações Gerais
- Emissão da Certidão
- Emissão de 2ª Via de Certidão
- **Confirmação da Autenticidade das Certidões**

Preparar página para impressão

Instituição - Windows Internet Explorer

http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/AT5PO/Certidao/certaut/OptaAutenticidade.asp?origem=PJ

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Ministério da Fazenda Destques do governo

Receita Federal Pessoa Física Pessoa Jurídica Aduana e Comércio Exterior Receita Previdenciária

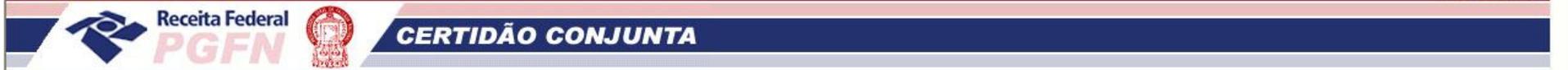
Onde Encontro Página Inicial Atendimento Fale Conosco Instituição

Serviços | Legislação | Download | Pagamentos | Declarações | Certidões | Cadastros

### Confirmação de Autenticidade das Certidões

- Certidão Conjunta PGFN e RFB (A partir de 01/09/2005)
- Certidão quanto a Dívida Ativa da União
- Certidão de Débitos e Tributos e Contribuições Federais

Internet 100%



### Confirmação de Autenticidade das Certidões

Certidão Conjunta PGFN e RFB

CNPJ:

Data da Emissão:

Hora da Emissão:

Código de Controle da Certidão:

Tipo de Certidão:

**Incluir todos os dígitos; não colocar separadores**  
CNPJ -> 99999999999999 (14 dígitos)  
Data da Emissão -> DDMMAAAA (8 dígitos)  
Hora da Emissão -> HHMMSS (6 dígitos)  
Código de Controle da Certidão -> XXXXXXXXXXXXXXXX (16 caracteres)



# Procedimentos gerais para acompanhamento/ fiscalização

CERTIDÃO NEGATIVA INSS

PROVA DE REGULARIDADE RELATIVA À  
SEGURIDADE SOCIAL (INSS)



## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

N° 036902003-02001030

**DADOS DO SUJEITO PASSIVO:**

CNPJ: [REDACTED]  
NOME: [REDACTED]  
ENDERECO: [REDACTED]  
BAIRRO OU DISTRITO: [REDACTED]  
MUNICIPIO: MACEIO  
ESTADO: AL  
CEP: [REDACTED]

**FINALIDADE DA CERTIDÃO:**

QUAISQUER DAS FINALIDADES PREVISTAS NAS LEIS 8.212 DE 24 DE JULHO DE 1991 E SUAS ALTERACOES, E 8.870 DE 15 DE ABRIL DE 1994, EXCETO PARA:

- AVERBACAO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL EM IMOVEL;
- REDUCAO DE CAPITAL SOCIAL E TRANSFERENCIA DE CONTROLE DE COTAS DE DE RESPONSABILIDADE LIMITADA;
- BAIXA DE FIRMA INDIVIDUAL, EXTINCAO DE ENTIDADE OU SOCIEDADE COMERCIAL OU CIVIL.

E CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NA LEI No 8.212/91, E ALTERACOES, QUE, PARA A FINALIDADE DISCRIMINADA, INEXISTE DEBITO IMPEDITIVO A EXPEDICAO DESTA CERTIDAO EM NOME DO SUJEITO PASSIVO ACIMA IDENTIFICADO, RESSALVADO AO INSS O DIREITO DE COBRAR QUALQUER IMPORTANCIA QUE VENHA A SER CONSIDERADA DEVIDA. VALIDA PARA TODOS OS ESTABELECIMENTOS DA EMPRESA, MATRIZ E FILIAIS.

A ACEITACAO DA PRESENTE CERTIDAO ESTA CONDICIONADA A VERIFICACAO DE SUA VALIDADE NA INTERNET, NO ENDERECO [www.previdenciasocial.gov.br](http://www.previdenciasocial.gov.br), OU EM QUALQUER AGENCIA DA PREVIDENCIA SOCIAL OU UNIDADE AVANÇADA DE ATENDIMENTO DA PREVIDENCIA SOCIAL.

DEVERA SER OBSERVADA A FINALIDADE PARA A QUAL FOI EMITIDA.  
EMITIDA EM, 21 DE JULHO DE 2003.  
COM VALIDADE ATE: 19/09/2003  
VALIDA POR 60 DIAS DA DATA DA SUA EMISSAO.

PREVIDÊNCIA SOCIAL. A SEGURADORA DO TRABALHADOR BRASILEIRO.



Certidões - Windows Internet Explorer

http://www.receita.fazenda.gov.br/Grupo2/Certidoes.htm

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Contas Abertas Certidões

Ministério da Fazenda Destaques do governo

Receita Federal Pessoa Física Pessoa Jurídica Aduana e Comércio Exterior Receita Previdenciária

Onde Encontro Página Inicial Atendimento Fale Conosco Instituição Buscar

Serviços Legislação Download Pagamentos Declarações Certidões Cadastros

### Certidões

- Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União(exceto Contribuições Previdenciárias)
- Certidão Relativa a Contribuições Previdenciárias

Preparar página para impressão

A Receita Federal do Brasil agradece a sua visita. Informações sobre política de privacidade e uso. Atualize sua página

http://www.receita.fazenda.gov.br/previdencia/CND/default.htm Internet 100%

## CND - Certidão Negativa de Débitos

 [Pessoa Jurídica](#)

 Preparar página para impressão

A Receita Federal do Brasil agradece a sua visita. Informações sobre política de privacidade e uso. [Atualize sua página](#)

Débitos Relativos a Contribuições Previdenciárias - Pessoa Jurídica - Windows Internet Explorer

http://www.receita.fazenda.gov.br/previdencia/CND/defaultpj.htm

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Contas Abertas Débitos Relativos a Contr...

Ministério da Fazenda Destaques do governo

Receita Federal Pessoa Física Pessoa Jurídica Aduana e Comércio Exterior Receita Previdenciária

Onde Encontro Página Inicial Atendimento Fale Conosco Instituição Buscar

Serviços | Legislação | Download | Pagamentos | Declarações | Certidões | Cadastros

## Débitos Relativos a Contribuições Previdenciárias - Pessoa Jurídica

- Orientações
- Pedido de Certidão Negativa de Débito  
Para pedir a CND informe o número do CNPJ/CEI e a finalidade
- Pedido de Baixa de Empresa  
Para solicitar a baixa, informe o CNPJ, os dados dos responsáveis e a senha da empresa
- Consulta à Autenticidade Certidão Negativa de Débito - CND ou CPD-EN  
A consulta deve ser feita pelo número do CNPJ/CEI
- Certidão Positiva com Efeitos de Negativa emitida até 08/02/2000  
A consulta deve ser feita pela série/número da Certidão
- Verificação de Regularidades das Contribuições Previdenciárias  
Informe o CNPJ da empresa e sua senha, obtida nas unidades de atendimento da Receita Federal do Brasil
- Emissão de Declaração

**Observação:**  
A partir de 02/05/2007, data da vigência da Lei nº 11.457, de 16/03/2007, ficam transferidas para a Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB as atividades de planejar, executar, acompanhar e avaliar as atividades relativas a tributação, fiscalização, arrecadação, cobrança e recolhimento das contribuições sociais previstas nas alíneas a, b e c do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e das contribuições instituídas a título de substituição.

Preparar página para impressão

A Receita Federal do Brasil agradece a sua visita. Informações sobre política de privacidade e uso. Atualize sua página

Internet 100%

Consulta à Certidão Negativa de Débito - Windows Internet Explorer

http://www010.dataprev.gov.br/cws/contexto/cnd/cnd.html

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Ministério da Fazenda Destaques do governo

Receita Federal

## Consulta à Certidão Negativa de Débito (CND) / Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa (CPD-EN)

Consulta Resoluções que prorrogam data de validade de certidão

Informe o CNPJ/CEI que deseja consultar.

CNPJ  CEI

Número CNPJ ou CEI :

O número do CNPJ deve ser informado incluindo-se os 14 dígitos. Não são necessários os separadores ou zeros à esquerda.

A Receita Federal agradece a sua visita. Informações sobre política de privacidade e uso.

Concluído Internet 100%



# Procedimentos gerais para acompanhamento/ fiscalização

CERTIDÃO NEGATIVA FGTS

PROVA DE REGULARIDADE RELATIVA AO FUNDO  
DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO



**CAIXA**  
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição** : [REDACTED]  
**Razão Social** : [REDACTED]  
**Endereço** : [REDACTED]

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 28/07/2003 a 27/08/2003

**Certificação Número:** 2003072800008415561422

Informação obtida em 28/07/2003, às 11:18.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)



VOCÊ CLIENTE, [ACESSE SUA CONTA](#)

- MENU
- REDE DE ATENDIMENTO
- SOBRE A CAIXA
- CAIXA CULTURAL
- DOWNLOADS
- OUVIDORIA
- FALE CONOSCO

VOCÊ EMPRESAS GOVERNO JUDICIÁRIO

**CRÉDITO CONSIGNADO É COM A CAIXA VEM**

- Acesso via Celular
- Aplicações Financeiras
- Bolsa Família
- Capitalização
- Cartão de Débito
- Cartões de Crédito
- Consórcios CAIXA
- Conta CAIXA Fácil
- Conta Corrente Pessoa Física
- Conta Universitária
- Contribuição Sindical Urbana
- Financiamento Imobiliário
- Fundos de Investimento
- Linhas de Crédito
- Mensagens Via Celular
- PIS
- Poupança
- Previdência Privada
- Seguros
- Seguro Desemprego

- ÁREAS ESPECIAIS PARA VOCÊ
- CAIXA é Show
  - Caixa Internacional
  - Imóveis a Venda
  - Imprensa
  - Portal de Compras

▶ Veja todos os produtos e serviços para você

- Habitação, Aquisição, Construção e Reforma
- FGTS**, Extrato, Consulta CRF, Cartão do Cidadão

Buscar por:  OK

SEGURANÇA

**Atenção!**  
A CAIXA não envia e-mails não solicitados.

Veja o que a CAIXA tem feito para garantir sua segurança.

- ▶ E-mail
- ▶ Internet Banking
- ▶ Auto-atendimento
- ▶ Tudo sobre Segurança

HABITAÇÃO



Antes de adquirir seu imóvel, faça aqui uma simulação de valores.

- SIMULADOR**
- ▶ Serviço para seu contrato
  - ▶ Documentação necessária
  - ▶ Tudo sobre Habitação

LOTÉRIAS

**MEGA-SENA**

Concurso 1023  
19/11/2008

**02 - 07 - 08 - 18 - 40 - 45**

- A Mega-sena acumulou! Aproveite essa chance.
- ▶ Confira outros resultados
  - ▶ Loterias pelo celular
  - ▶ Tudo sobre Loterias

**FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL**

Segurança CAIXA

Faça o teste e aprenda mais sobre segurança bancária com as dicas do Maninho.

▶ Saiba mais

Concurso CAIXA 2008

**CONCURSO PÚBLICO CAIXA 2008**

Acompanhe a convocação dos aprovados no concurso CAIXA.

▶ Saiba mais

Poupançudos CAIXA

Quanto mais você poupa, mais se diverte.

▶ Saiba mais

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

- RENTABILIDADE
- CANTIDÃO DE OBRAS
- ▶ Todas as notícias

## FGTS

Boas-vindas > FGTS



FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

**FGTS é na CAIXA** Trabalhador, Empregador ou Governo, neste site você encontrará os serviços e informações que você precisa para tudo o que se relaciona com o FGTS

### Para o Trabalhador

- Cartão do Cidadão
- Como sacar o FGTS
- Créditos Complementares
- Retificação de dados

### Serviços On-line

- [SALDO DO FGTS](#)
- [EXTRATO DO FGTS](#)
- [ATUALIZAÇÃO DE ENDEREÇO](#)
- [SALDO DO FGTS VIA CELULAR](#)
- [CRÉDITOS COMPLEMENTARES](#)

Arquivos para Download  
Perguntas frequentes sobre FGTS  
Ouvidoria do Ministério do Trabalho e Emprego

### INFORMAÇÕES SOBRE FGTS

- O que é
- Quem tem direito
- A quem se destina
- Como sacar o FGTS
- Relatórios e Balanços

**Cuidado com e-mails falsos em nome da CAIXA.**  
Leia mais

PASSE O MOUSE

### Para o Empregador

- O que é Conectividade Social SEFIP/GRF
- Retificação de Dados
- Quitação de débitos com o FGTS
- CAIXA PIS/Empresa
- CRF

### Serviços On-line

- [CONECTIVIDADE SOCIAL](#)
- [EDITAL ELETRÔNICO](#)
- [CONSULTA CRF](#)

Arquivos para Download  
Perguntas frequentes sobre FGTS

### Para o Governo

- O que é Conectividade Social
- Informações sobre o ativo do FGTS

### Serviços On-line

- [CONECTIVIDADE SOCIAL](#)

### VARIAS OPÇÕES DE ATENDIMENTO

Clique na operação desejada e saiba onde você pode realizá-la:

- [Saque do FGTS](#)
- [Saldo e extrato do FGTS](#)

[VEJA COMO](#)

**SERVIÇOS AO CIDADÃO**

Ajuda Home | Para SUA EMPRESA | FGTS | Consulta Regularidade do Empregador

## :: Consulta Regularidade do Empregador

Estar regular perante o FGTS é condição obrigatória para que o empregador possa relacionar-se com os órgãos da Administração Pública e com instituições oficiais de crédito. Nesta página você poderá consultar a situação de regularidade do empregador e obter o correspondente Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, para os fins previstos em Lei.

**Critérios de Pesquisa**  
Informe a Inscrição da Empresa, **CNPJ** ou **CEI**, com 14 ou 12 posições, respectivamente, incluindo o dígito verificador, sem separadores, e deixe em branco a UF. Depois clique em **Consultar**. Para efetuar a pesquisa pelo CNPJ básico, 8 posições, informe também a UF do estabelecimento.

Inscrição:

Dúvidas mais Frequentes



# Procedimentos gerais para acompanhamento/ fiscalização

4. Acompanhar os processos licitatórios (continuação):
  - verificar se a administração cumpriu as normas e condições do edital, as quais se acha vinculada;
  - analisar se o edital prevê condições que comprometam, restrinjam ou frustem o caráter competitivo;
  - verificar, no caso de obras e serviços, se constam dos anexos: projeto básico, planilha de quantitativos e preços;



# EDUCAÇÃO

## PRINCIPAIS PROGRAMAS/TRANSFERÊNCIAS

- FUNDEB
- PNAE
- PNATE



# FUNDEB



## FUNDEB - FONTES DE INFORMAÇÃO SOBRE SEU FUNCIONAMENTO

- MEC: [www.mec.gov.br/seb/fundeb](http://www.mec.gov.br/seb/fundeb);
- INEP: [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br) - dados do censo escolar;
- STN: [www.stn.fazenda.gov.br](http://www.stn.fazenda.gov.br) (“Estados e Municípios”  
>> “Transferências Constitucionais”);
- FNDE: [www.fnde.gov.br](http://www.fnde.gov.br) (“fundeb”) - informações,  
legislação, contatos;
- CGU: [www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br)  
 (“transferências de recursos”>>”estado”>>”município”)



# FUNDEB - NORMATIVOS APLICÁVEIS

- EC N<sup>o</sup> 53 - Criação do FUNDEB;
- Lei 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da educação;
- Lei 11.494 - Institui o FUNDEB (conversão da MP n<sup>o</sup> 339, de 28.12.2006);
- Portaria Normativa MEC N<sup>o</sup> 4/2007 - Distribuição proporcional dos recursos do FUNDEB;
- Portaria Interministerial n<sup>o</sup> 1.027 (define e divulga os parâmetros anuais de operacionalização do FUNDEB para o exercício de 2008)



## FUNDEB - Despesas Elegíveis

- Parcela 60% (no mínimo)

Remuneração dos profissionais do magistério (professores, e profissionais que exercem atividades de suporte pedagógico, tais como: direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional) em efetivo exercício na educação básica pública



## FUNDEB - Despesas Elegíveis

- Parcela 40% (no máximo)
  - Remuneração e aperfeiçoamento dos demais profissionais da educação básica (auxiliar gerais, secretárias de escolas, bibliotecários, serventes, merendeiras, nutricionista, vigilante, lotados/ em exercício nas escolas ou órgão/unidade administrativa da educação básica;
  - Aquisição/manutenção/construção/conservação de instalações e equipamentos necessários e de uso exclusivo do sistema de ensino (ex: construção/reforma escolas, aquisição carteiras escolares, realização de concertos e reparos, serv. Limpeza e vigilância, etc);



## FUNDEB - Despesas Elegíveis

- Parcela 40% (no máximo) (continuação)
  - Levantamentos estatísticos, estudos e pesquisa visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;
  - Aquisição de material didático-escolar e manutenção de transporte escolar;
  - Aquisição de veículos escolares para o transporte de alunos da educação básica da zona rural e remuneração do motorista, além da manutenção desses veículos;
  - Amortização e custeio de operações de crédito visando atender aos gastos acima elencados;



## **FUNDEB - PRINCIPAIS IRREGULARIDADES E FALHAS**

1. Pagamento de despesas inelegíveis/sem vínculo com o programa;
2. Descumprimento do limite mínimo de 60% para remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício;
3. Retirada em espécie da conta corrente específica;
4. Ausência de comprovação de despesas realizadas com recursos do programa;
5. Execução de despesas sem a realização do devido processo licitatório;
6. Pagamentos de salários a pessoal não vinculado à educação básica;



## **FUNDEB - PRINCIPAIS IRREGULARIDADES E FALHAS**

7. Não apresentação da Prestação de Contas;
8. Ausência de capacitação dos membros do órgão de Controle Social;
9. Infra-estrutura deficiente oferecida para funcionamento do Conselho do FUNDEB;
10. Falta de transparência por parte do gestor quanto à publicidade dos gastos com recursos do FUNDEB aos integrantes do conselho.



# FUNDEB - Procedimentos para acompanhamento/ fiscalização

1. Analisar os extratos bancários da conta específica do FUNDEB ;
2. Analisar documentação comprobatória das despesas realizadas;
3. Analisar as despesas realizadas
  - Atentar para aquisição de combustíveis, confrontando qtd. adquirida / frota / distâncias percorridas;
4. Acompanhar os processos licitatórios;



# FUNDEB - Procedimentos para acompanhamento/ fiscalização

## 5. Análise da folha de pagamento:

- Solicitar as Folhas de pagamento para os profissionais pagos com recursos do FUNDEB;
- verificar se há profissionais do magistério com remuneração abaixo do piso salarial definido em lei;
- verificar se há inclusão de profissionais que não estejam atuando em atividades de manutenção e desenvolvimento do ensino básico;



# FUNDEB - Procedimentos para acompanhamento/ fiscalização

5. Análise a folha de pagamento (continuação):
  - verificar (por amostra) junto aos profissionais a conformidade dos dados salariais;
  - verificar se no exercício houve aplicação de no mínimo 60% dos recursos para pagamento de profissionais do magistério (professores, diretores, supervisores/orientadores educacionais) em efetivo exercício na educação básica



# PNATE



## PNATE - FONTES DE INFORMAÇÃO SOBRE SEU FUNCIONAMENTO

- FNDE: [www.fnde.gov.br](http://www.fnde.gov.br) (“Transporte Escolar”) - informações, legislação, contatos;
- INEP: [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br) - dados do censo escolar;
- CGU: [www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br)  
 (“transferências de recursos”>>”estado”>>”município”)



## PNATE - NORMATIVOS APLICÁVEIS

- Lei 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da educação;
- Lei 10.880/2004 - Institui o PNATE;
- Lei 9.503/97 - Institui o Código Brasileiro de Trânsito;
- Lei 9.537/97 - Dispões sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional;
- Resolução CD/FNDE nº 010/2008 - Estabelece critérios e formas de transferências de recursos financeiros, no exercício de 2008.



## **PNATE - PRINCIPAIS IRREGULARIDADES E FALHAS**

1. Gastos realizados com finalidades distintas das do programa (transporte de alunos de escolas públicas do ensino fundamental residentes na zona rural);
2. Ausência de comprovação de despesas realizadas com recursos do programa;
3. Veículos inadequados ao transporte escolar/ motoristas sem habilitação para transporte de escolares;
4. Contratação de serviços de transporte escolar sem licitação;
5. Não comprovação da relação entre os valores pagos a título de frete e as distância percorridas em cada rota;



## **PNATE - PRINCIPAIS IRREGULARIDADES E FALHAS**

6. Ausência de controles quanto à utilização de veículos no transporte escolar e beneficiários atendidos;
7. Aquisição de combustível sem realização de licitação;
8. Ausência de notificação do recebimento dos recursos do PNATE;
9. Deficiências na atuação do controle social.



# PNATE - Procedimentos para acompanhamento/ fiscalização

1. Analisar os extratos bancários da conta específica do PNATE;
2. Analisar documentação comprobatória das despesas realizadas;
3. Analisar as despesas realizadas
  - Verificar, por meio de consultas a proprietários de veículos, se os custos dos serviços estão de acordo com o praticado na região;



# PNATE - Procedimentos para acompanhamento/ fiscalização

3. Analisar despesas realizadas (continuação)
  - Analisar se os pagamentos efetuados guardam coerência com os itinerários efetuados;
  - Atentar para aquisição de combustíveis, confrontando qtd. adquirida / frota / distâncias percorridas;
4. Acompanhar os processos licitatórios
  - Verificar se está sendo considerado na contratação o percurso, a situação das estradas, o tipo de veículo e o preço do KM a ser percorrido;



# PNATE - Procedimentos para acompanhamento/ fiscalização

5. Analisar os contratos firmados com os prestadores de serviço e acompanhar sua execução
  - Verificar se o motorista contratado está devidamente habilitado para o transporte de escolares;
  - Checar se o veículo atende às exigências da legislação de trânsito.
  - Confirmar o efetivo atendimento aos beneficiários.



# PNAE



## PNAE - FONTES DE INFORMAÇÃO SOBRE SEU FUNCIONAMENTO

- FNDE: [www.fnde.gov.br](http://www.fnde.gov.br) (“Alimentação Escolar”) - informações, legislação, contatos;
- INEP: [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br) - dados do censo escolar;
- CGU: [www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br)  
 (“transferências de recursos”>>”estado”>>”município”)



## PNAE - NORMATIVOS APLICÁVEIS

- Lei 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da educação;
- Resolução FNDE/CD/Nº 32 e suas alterações -  
Estabelece normas para execução do PNAE;
- Portaria Normativa MEC Nº 251/2000 - Estabelece o repasse em 10 parcelas para cobertura de 20 dias letivos;
- Portaria Interministerial MEC/MS nº 1.010 - Institui diretrizes para a promoção da alimentação saudável das escolas das redes públicas e privadas.



## PNAE - NORMATIVOS APLICÁVEIS

- Resolução CFN N<sup>o</sup> 358/2005 - Dispõe sobre as atribuições do nutricionista no âmbito do PNAE;
- Lei 11.346/2006 - Cria o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional;
- Resolução FNDE/CD/N<sup>o</sup> 38 - Estabelece critérios para o repasse de recursos financeiros, à conta do PNAE.



# **PNAE - PRINCIPAIS IRREGULARIDADES E FALHAS**

1. Modalidade de licitação indevidamente utilizada na compra de merenda escolar;
2. Aquisição de gêneros alimentícios sem realização de processo licitatório;
3. Ausência de comprovação de despesas realizadas com recursos do programa;
4. Falta de fornecimento de merenda escolar;
5. Alimentação escolar acondicionada de forma inadequada;
6. Ausência de notificação do recebimento dos recursos do PNAE;
7. Indícios de fraudes em processos licitatórios;



## **PNAE - PRINCIPAIS IRREGULARIDADES E FALHAS**

8. Editais elaborados sem exigência de controle de qualidade, apresentação de ficha técnica (composição nutricional do produto), e laudo de inspeção sanitária;
9. Falta de apresentação de amostras para controle de qualidade da merenda;
10. Inexistência de controle de estoque e de distribuição de alimentos às escolas;
11. Atuação insatisfatória do Conselho de Alimentação Escolar - CAE.



# **PNAE - Procedimentos para acompanhamento/ fiscalização**

1. Analisar os extratos bancários da conta específica do PNAE;
2. Analisar documentação comprobatória das despesas realizadas;
3. Analisar as despesas realizadas (verificar se , no mínimo 70% são aplicados na aquisição de produtos básicos;



# **PNAE - Procedimentos para acompanhamento/ fiscalização**

4. Acompanhar os processos licitatórios - Verificar se o volume de recursos transferidos anualmente tornam obrigatório a licitação e qual a modalidade adequada;
  - Verificar se os tipos e quantidades de gêneros alimentícios estão compatíveis com a pauta elaborada;
  - Checar se o Edital prevê: Padrões de Identidade e Qualidade (PIQ) para especificar os alimentos “in natura”; Apresentação de Ficha Técnica ou declaração da composição nutricional com o laudo técnico emitido por laboratório credenciado.



# **PNAE - Procedimentos para acompanhamento/ fiscalização**

4. Acompanhar os processos licitatórios (continuação)
  - Verificar se os tipos e quantidades de gêneros alimentícios estão compatíveis com a pauta elaborada;



# **PNAE - Procedimentos para acompanhamento/ fiscalização**

## **5. Inspeção física dos alimentos entregues**

- Verificar se constam ficha técnica/declaração ou laudo técnico, contendo resultado das amostra e se esse é compatível com o que foi licitado;
- Verificar se os quantitativos entregues estão de acordo com os quantitativos contratados;
- Verificar se há controle de estoque e de distribuição de alimentos às escolas;



# PNAE - Procedimentos para acompanhamento/ fiscalização

## 5. Armazenagem dos alimentos

- Verificar a data de validade dos alimentos em estoque;
- Verificar as condições de higiene na armazenagem e preparo dos alimentos;
- Verificar se os alimentos são mantidos à temperatura adequada e se há controle/prevenção contra pragas (insetos, roedores, etc);



# PNAE - Procedimentos para acompanhamento/ fiscalização

## 6. Atuação de nutricionista

- Verificar a existência e a habilitação de nutricionista responsável pela execução técnica do programa;
- Verificar se o cardápio contém informações sobre as qtd per capita de cada alimento que o compõe e informações nutricionais (proteína, lipídeos, etc);
- Verificar se o cardápio corresponde ao n. de alunos e para quantos dias por mês;
- Verificar a realização de testes de aceitabilidade.



# SAÚDE

## PRINCIPAIS PROGRAMAS/TRANSFERÊNCIAS

- PAB FIXO
- PAB PSF



# PAB (FIXO)



## PAB - FONTES DE INFORMAÇÃO SOBRE SEU FUNCIONAMENTO

- FNS: [www.fns.saude.gov.br](http://www.fns.saude.gov.br) - informações sobre os programas e os valores repassados;
- DAB: [www.saude.gov.br/dab](http://www.saude.gov.br/dab) - informações, legislação, contatos;
- CNS: [www.conselho.saude.gov.br](http://www.conselho.saude.gov.br) - informações, legislação, cadastro dos conselhos;
- CGU: [www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br)  
("transferências de recursos">>"estado">>"município")



## PAB- NORMATIVOS APLICÁVEIS

- Lei 8.080/90 - Lei Orgânica da Saúde;
- Portaria MS nº 648/GM - Política Nacional de Atenção Básica;
- Portaria MS nº 204/GM - Regulamenta o financiamento e transferência de recursos federais para as ações/serviços de saúde;
- Portaria MS nº 698/GM - Estabelece os blocos de financiamento por componente.



## **PAB - PRINCIPAIS IRREGULARIDADES E FALHAS**

1. Pagamento de despesas inelegíveis/sem vínculo com o programa;
2. Ausência de comprovação de despesas realizadas com recursos do programa;
3. Execução de despesas sem a realização do devido processo licitatório;
4. Ausência de comprovação do recolhimento das contribuições previdenciárias retidas;
5. Inexistência do Plano Municipal de Saúde e não elaboração do Relatório de Gestão;
6. Atuação deficiente do CMS / CMS presidido pelo Sec. Mun. de Saúde.



# **PAB - Procedimentos para acompanhamento/ fiscalização**

1. Analisar os extratos bancários da conta específica do PAB;
2. Analisar documentação comprobatória das despesas realizadas;
3. Analisar as despesas realizadas
  - Devem guardar coerência com o Plano Municipal de Saúde/Programação Anual de Saúde e serem adequados ao “Bloco de Atenção Básica”;



# **PAB - Procedimentos para acompanhamento/ fiscalização**

4. Acompanhar os processos licitatórios/dispensa;
5. Analisar e acompanhar a execução o Plano Municipal de Saúde/Programação Anual de Saúde e avaliar o Relatório de Gestão
  - Normatizados pela Portaria MS nº 3.332/GM
  - PMS é Considerado em efetiva vigência somente depois de aprovado pelo CMS.



# PSF (PAB)



## PSF - FONTES DE INFORMAÇÃO SOBRE SEU FUNCIONAMENTO

- FNS: [www.fns.saude.gov.br](http://www.fns.saude.gov.br) - informações sobre os programas e os valores repassados;
- DAB: [www.saude.gov.br/dab](http://www.saude.gov.br/dab) - informações, legislação, contatos;
- SNA: [sna.saude.gov.br](http://sna.saude.gov.br) - informações, legislação;
- CGU: [www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br)  
("transferências de recursos">>"estado">>"município")



## PSF - NORMATIVOS APLICÁVEIS

- Lei 8.080/90 - Lei Orgânica da Saúde;
- Portaria MS nº 648/GM - Política Nacional de Atenção Básica;
- Portaria MS nº 204/GM - Regulamenta o financiamento e transferência de recursos federais para as ações/serviços de saúde;
- Portaria MS nº 698/GM - Estabelece os blocos de financiamento por componente.
- Portaria MS nº 750/GM - Ficha Complementar ESF.



# PSF - PRINCIPAIS IRREGULARIDADES E FALHAS

1. Pagamento de despesas inelegíveis/sem vínculo com o programa;
1. Estrutura física inadequadas das Unidades de Saúde da Família;
2. Ausência de comprovação do recolhimento das contribuições previdenciárias retidas;
3. Não comprovação do pagamento das remunerações dos profissionais das estratégias Saúde da Família, Saúde Bucal e Agentes Comunitários de Saúde;
4. Divergências entre informações prestadas pela prefeitura, registradas no SIAB e no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde-CNES;



## **PSF - PRINCIPAIS IRREGULARIDADES E FALHAS**

5. Materiais/equipamentos existentes são insuficientes ao bom desempenho das atividades dos ACS;
6. Ausência de visitas periódicas a todas as famílias por parte dos ACS;
7. Deficiências no atendimento prestado pelas Equipes de Saúde da Família;
8. Descumprimento/ausência de controle de carga horária por parte de profissionais da ESF;
9. Ausência/Precariedade na manutenção de veículos utilizados nas ações da estratégia Saúde da Família;



# PSF - Procedimentos para acompanhamento/ fiscalização

1. Analisar os extratos bancários da conta específica do PAB;
2. Analisar documentação comprobatória das despesas realizadas;
3. Analisar as despesas realizadas
  - Avaliar se estão de acordo com os objetivos do programa/ação (Portaria MS nº 204/2007);
4. Analisar folha de pagamentos das equipes do PSF;



## **PSF - Procedimentos para acompanhamento/ fiscalização**

5. Consultar o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES e verificar se correspondem às equipes integrantes do PSF;
6. Verificar se está sendo obedecida a composição mínima das equipes;
7. Verificar se cada equipe do PSF é responsável por, no máximo 1.000 famílias/4.000 pessoas;
8. Verificar se cada ACS é responsável por, no máximo, 750 pessoas;



# PSF - Procedimentos para acompanhamento/ fiscalização

9. Verificar (amostragem) se os ACS realizaram o curso introdutório;
10. Verificar se os ACS realizam palestras/reuniões para orientação sobre os cuidados com a saúde;
11. Verificar se os ACS dispõem de materiais/ equipamentos necessários ao bom desempenho de suas atividades;



## **PSF - Procedimentos para acompanhamento/ fiscalização**

12. Verificar a adequação das UBS/PSF ao estabelecido no Manual de Estrutura Física da UBS/PSF
  - Recepção/sala de espera
  - Sala de cuidados básicos
  - Consultório com sanitário anexo
  - Abrigo de resíduo sólidos (local fechado pro lixo)
  - Água potável encanada
13. Verificar a existência de materiais/equipamentos apropriados, inclusive meios de locomoção.



# **CONTROLADORIA-REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DE ALAGOAS**

**Av. Comendador Gustavo Paiva nº 2789, Ed. Norcon  
Empresarial, 4º andar - Mangabeiras**

**CEP: 57031-530**

**Tel.: (82) 4009-6350 e 4009-6374 (fax)**

**<http://www.cgu.gov.br>**

**[cgual@cgu.gov.br](mailto:cgual@cgu.gov.br)**